

3 SISTEMAS DE ALIMENTAÇÃO DE CATÁLOGOS E BASES DE DADOS

Os sistemas de alimentação de catálogos e bases de dados, conhecidos como programas de catalogação cooperativa, catalogação centralizada e catalogação-na-publicação podem ser considerados sistemas que favorecem o intercâmbio de dados bibliográficos e catalográficos permitindo a integração de vários catálogos e várias bases. Estes sistemas devem ser confiáveis e de qualidade, proporcionar segurança e facilitar a recuperação dos registros.

Os sistemas são desenvolvidos para receber e gerenciar grandes quantidades de informações, possibilitar que várias pessoas trabalhem ao mesmo tempo e também podem ser integrados com outros sistemas compatíveis (KORTH; SILBERSCHATZ, 1989).

Os programas de catalogação são grandes sistemas de banco de dados os quais armazenam enorme quantidade de informações e também possibilitam que vários profissionais trabalhem nele simultaneamente e sejam acessados pelos usuários.

Os sistemas de alimentação de catálogos e bases de dados necessitam de profissionais para mantê-los e alimentá-los. Sendo que esses devem ter qualificação para que possam utilizar com vantagens a capacidade do sistema. Veremos nas próximas seções como os sistemas de alimentação de catálogos e bases de dados funcionam.

3.1 Programa de Catalogação Cooperativa

O trabalho em cooperação, seja em qual profissão ou área do conhecimento é essencial para uma rápida troca de informações entre várias pessoas de diversas partes do mundo. Cooperação é o serviço realizado por várias pessoas envolvidas em uma mesma questão e com os mesmos objetivos, trabalhando para o bem comum.

O profissional que faz parte de uma cooperativa deve sempre pensar na coletividade e nunca individualmente, lembrando sempre que todos que fazem parte da cooperação tem os mesmos objetivos.

Na área da Ciência da Informação mais especificamente em sua sub-área Biblioteconomia, a cooperação se faz presente na área bibliográfica, no processo da catalogação, agindo como um meio para se evitar desperdício de tempo e custos na elaboração de registros catalográficos a partir da importação ou da conversão de um registro disponível evitando sua re-catalogação.

Entretanto, não se pode deixar de lembrar que, essa conversão, só ocorrerá a partir do uso de um formato de intercâmbio e da utilização de um código de catalogação aceitos internacionalmente, como já vimos nas seções 2.1.1 e 2.2 respectivamente, como formato de intercâmbio temos o MARC e seus sucessores, atual MARC21 e o código AACR2.

Segundo estudos de Paulo Góes (1998⁴), os preços do processo de catalogação poderia chegar à R\$ 19,06 (catalogação original), R\$ 4,41

⁴ Trabalho apresentado no X Seminário de Bibliotecas Universitárias (SNBU), Fortaleza.

(realizada em cooperação), portanto uma economia de R\$ 14,75 (76,86%). O tempo para a realização da catalogação poderia chegar à 1h e 20 min. (original), 19 min. (cooperação), sendo que o profissional pode catalogar diariamente sem estar em um programa cooperativo 6 registros e em um programa cooperativo 25. Para a realidade brasileira a catalogação original poderia variar de 30 min. à 1h, resultando em um valor de R\$ 20,00. Sem pensar nos valores absolutos podemos pensar na maior produtividade que se obtém através da catalogação cooperativa, que pode ser de 3 a 4 vezes maiores que se realizar a catalogação original (HÜBNER, 2003).

A catalogação cooperativa pode ser definida como:

[...] o trabalho realizado por várias bibliotecas e enviado à uma Central, que se encarrega de normalizar e reproduzir suas fichas e distribuí-las a uma coletividade. A catalogação compartilhada (“Shared cataloging”) é um exemplo de catalogação cooperativa, efetuada pela LC. (BARBOSA, 1978 , p. 71).

Esta definição se aplica à catalogação cooperativa de anos atrás, quando não havia ainda o uso de tecnologias. Podemos ainda, levando em conta o cenário atual, denominar a catalogação cooperativa como o trabalho realizado por vários catalogadores em várias bibliotecas, que utilizam para a descrição física de seus documentos formato de intercâmbio e código de catalogação reconhecidos e usados internacionalmente.

No processo de catalogação cooperativa todos colaboram. A realidade impõe que o processo ocorra conforme a figura abaixo, ou seja, a Instituição participante realiza suas pesquisas na Base Central e se o localizar converte para sua base. Na Base Central estão armazenados os

registros de todas as Instituições participantes, pois como Central deve ser a mais completa:

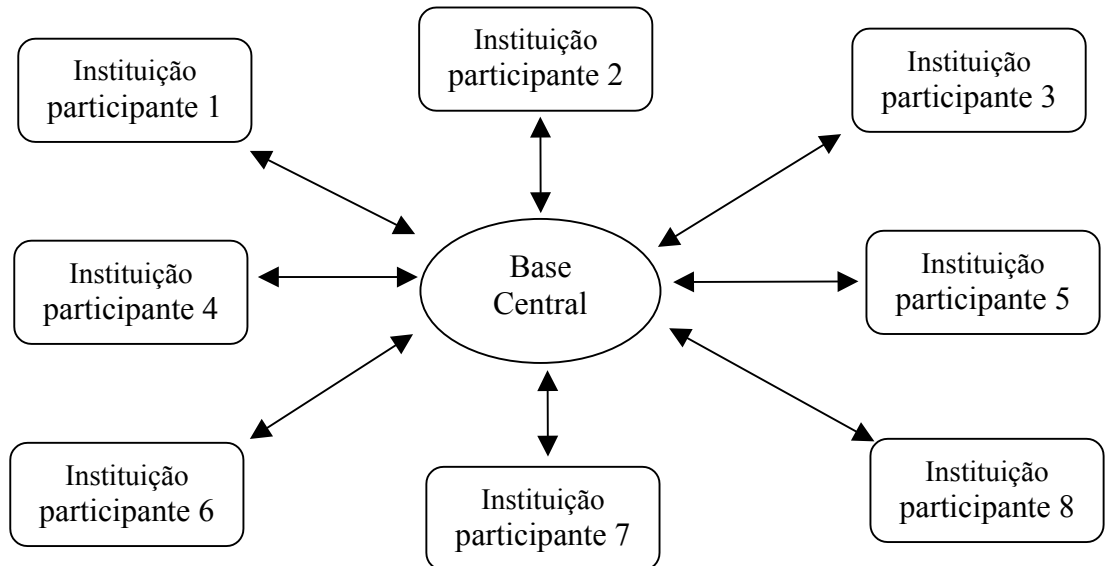


Figura 1. O Programa de Catalogação Cooperativa que a realidade impõe

Porém o projeto original de catalogação cooperativa apresenta a

estrutura a seguir:

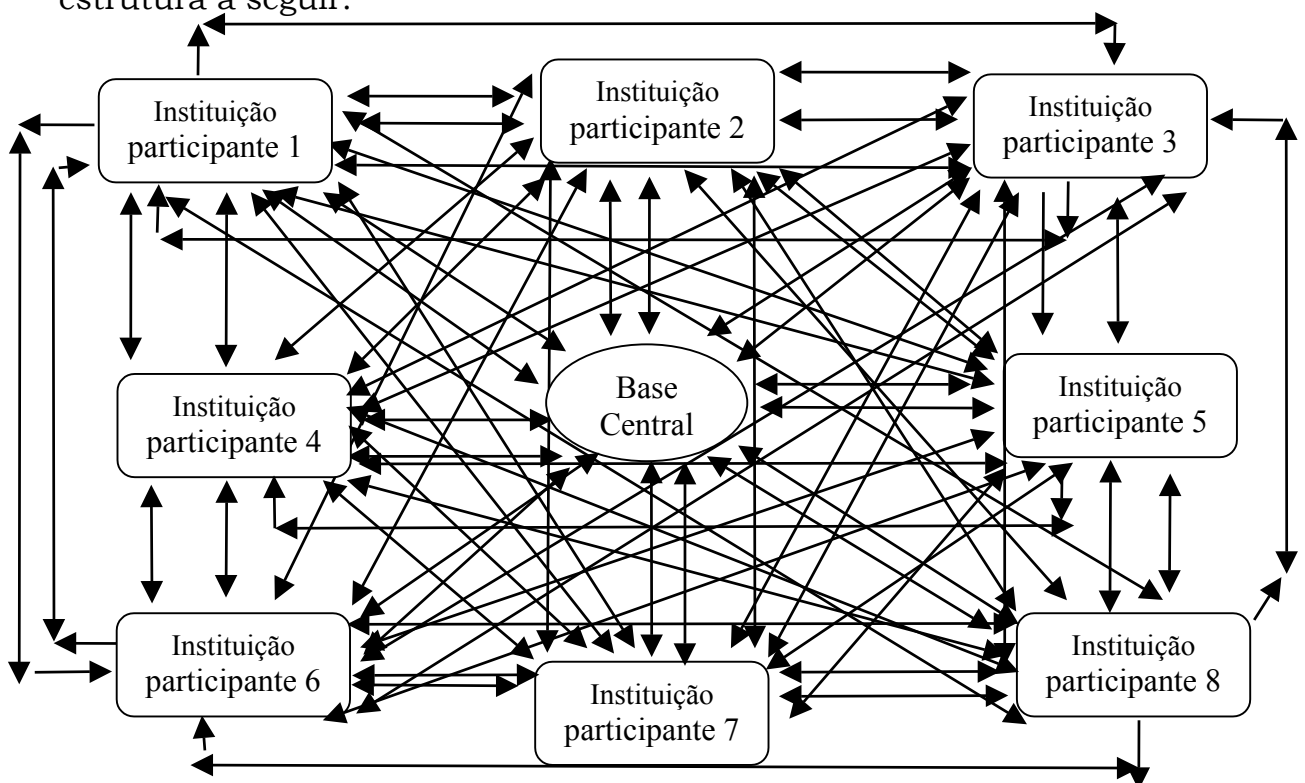


Figura 2 . A estrutura ideal de Catalogação Ccooperativa

Essa figura ilustra que todas as instituições têm acesso à base de todas, formando uma rede, cooperando mutuamente. A Base Central também contém os registros de todas elas e funciona como gerenciadora do programa, a qual cabe a tarefa de armazenagem dos registros, é onde se realiza a adesão de novos participantes e também oferece suporte técnico e cursos para os profissionais catalogadores.

A catalogação cooperativa teve sua idéia semeada no ano de 1846, tendo como precursor Charles Jewett que pensou na reprodução das fichas catalográficas do catálogo da Biblioteca Smithsonian Institution nos EUA, por meio da estereotipia (5º parágrafo de 2.2) para serem trocadas com as bibliotecas interessadas (BARBOSA, 1978). Charles Jewett propunha que:

[...] uma biblioteca jamais deveria catalogar novamente um material que já foi catalogado por outra biblioteca; para cada material que chega à mesa do catalogador, é necessário saber antes se alguém, em outro lugar do país ou do mundo, já o catalogou; se o material já tiver sido catalogado, todos os esforços devem ser envidados para se ter acesso a essa catalogação, e aproveitá-la. (BALBY, 1995, v. 4, n. 1, p. 30).

Por se tratar de um projeto ambicioso para a época, não teve prosseguimento mas a idéia da cooperação não foi esquecida.

Em 1876, ocorreram nos Estados Unidos grandes marcos para a biblioteconomia, tais como: a criação da ALA, lançamento da CDD e a publicação do Código de Cutter, como também grandes movimentos para normalização da catalogação visando a um futuro trabalho cooperativo. Sendo que neste ano também surge um projeto para um programa de catalogação na publicação, que veremos na seção 3.3.

Dáí em diante outros projetos, voltados para a catalogação cooperativa surgiram na tentativa de agilizar a construção de formas de representação descritiva de um documento e para se evitar a duplicação da catalogação de um documento.

Quando em 1901, em uma Conferência da ALA, Melwil Dewey, justificou a implantação de um programa de catalogação cooperativa e centralizada, sendo votado como provável central a LC, pelas seguintes razões:

- a) possuía a maior coleção de livros do mundo ocidental;
- b) era o órgão controlador dos direitos autorais;
- c) mantinha um alto índice de permutas;
- d) tinha uma equipe técnica de grande gabarito. (BARBOSA, 1978, p. 80).

Em 1901 a LC já desenvolvia o programa de catalogação centralizada, como veremos na seção 3.2. Quando a Biblioteca do Departamento de Agricultura (EUA) passou a imprimir suas fichas pela LC em 1902, fez com que outras bibliotecas iniciassem o envio das suas para revisão e impressão, instalando-se então o programa de catalogação cooperativa, pois a LC além de vender suas fichas impressas, passou a receber (SAMBAQUY, 1951). Em 1944 a publicação da LC intitulada “Cooperative Cataloging Manual”, relacionava uma lista contendo:

[...] 365 bibliotecas, que cooperavam remetendo suas fichas à Biblioteca do Congresso para serem impressas e postas à disposição de todas as outras bibliotecas que delas necessitavam. (SAMBAQUY, 1951, n. 3, p. 37).

De 1902, até os dias de hoje, a LC trabalha cooperativamente e também realiza a catalogação na publicação, Programa de Catalogação na Publicação (CIP), como veremos na seção 3.3.

A idéia de que:

O trabalho isolado há muito tempo perdeu sua razão de ser. A cooperação aplicada à catalogação vem transformando-a pouco a pouco, numa disciplina revestida de novas características. Anteriormente, a função da catalogação era apenas a de servir como veículo de registro das coleções; sua redação trabalhosa e complicada tornava-a uma tarefa quase que indesejável. Hoje sistematizada e adaptada às técnicas modernas, alia à sua função anterior, a de servir também como veículo de transmissão da informação. (BARBOSA, 1978, p. 73-74).

O processo de catalogação aliado ao uso de tecnologias vem facilitando o trabalho do catalogador que ao importar com facilidade e rapidez um registro já pronto para sua base realiza: “[...] inserção de registros, o que torna possível que sua base de dados seja compatível com outras, visando a troca de informações/registros.” (CORREIA, 2000, orelha do livro).

Eis algumas das vantagens que as centrais de catalogação cooperativas oferecem:

- a) *economia* de tempo, material e mão-de-obra; (Estes três fatores, superam, com a catalogação apenas o material nacional, as dificuldades criadas: pelo crescente aumento da produção bibliográfica; pela enorme variedade de formas de apresentação do material; e pelo número considerável de publicações em outras línguas. Em conseqüência, as centrais de catalogação suprem a falta de pessoal qualificado, que poderá ser aproveitado em outras tarefas;
- b) *normalização*: de entradas de dados descritivos, de cabeçalhos de assunto e de números de classificação;
- c) *rapidez*: no preparo da coleção para uso imediato; na eliminação de trabalho duplicado [...]. (BARBOSA, 1978, p. 91).

A catalogação cooperativa ainda tem a vantagem de:

[...] servir a muitos e serem catalogados por poucos, proporciona à biblioteca assumir outros papéis e não o de somente processar corretamente a informação, condição básica para um bom desenvolvimento, porém sempre atividade meio, nunca atividade fim. (CORREIA, 2000, orelha do livro).

Todavia, para que se estabeleça uma rede cooperativa é preciso:

- a) adotar o AACR2, adaptando as regras à realidade de cada biblioteca;
- b) adotar projetos de automação, compatíveis com as normas da ISO 2709, baseados no Projeto MARC , pioneiro na automação aplicada à catalogação.

Lembrando ainda aos cooperantes que:

Ao se vincular a uma rede, deve-se ter em mente que existem padrões, que eles devem ser seguidos e que a rede obterá consistência e conseqüentemente se fortalecerá através de seus membros. (MERCADANTE, 1995, v. 4, n.1, p. 25).

A LC pode ser considerada a precursora da catalogação cooperativa, da catalogação centralizada, bem como da catalogação na publicação: Pode-se caracterizar a LC como:

[...] organismo que produz o maior número de registros bibliográficos em meios magnéticos, tanto nos Estados Unidos quanto em todo o mundo. Esses registros em formato MARC, bem como seus *arquivos de autoridade* (de autores pessoais e corporativos e de assuntos), estão disponíveis em fitas magnéticas para venda a toda comunidade, inclusive em nível mundial. (MONTE MÓR, 1983, v. 11, n. 2, p. 262).

Para que se tenha uma idéia do vultuoso trabalho que a LC desenvolve na catalogação cooperativa, destaca-se que até o ano de 1983 existiam em sua base de dados: “[...] 1.358.981 livros, 55.295 filmes, 64.679 mapas, 429.945 autoridades (nomes), 84.653 periódicos (títulos), perfazendo um total de 1.993.553 registros em computador.” (MONTE MÓR, 1983, v. 11, n. 2, p. 263).

Mesmo com tantos materiais já catalogados e disponíveis para o uso de bibliotecas em todo o mundo, existiam também, até o ano de 1983, 5.200.000 fichas que ainda não estavam em formato MARC, sendo utilizado então em parceria com a empresa Xerox, um projeto para o processamento dessas fichas por leitura ótica, incluindo apenas nos registros os indicadores para uma posterior recuperação do registro (MONTE MÓR, 1983).

Na época, para que fosse facilitado o acesso, essas fichas foram publicadas no *Cumulative title index to the classified collections of the Library of Congress*, em 1978, dividido em dois volumes.

E por ser, a LC, considerada a figura mais importante na catalogação cooperativa vamos dar destaque aos programas de cooperação desenvolvidos por ela nas seções seguintes, e destacar uma seção à outro grande programa de catalogação, OCLC.

3.1.1 Programas de cooperação na Library of Congress

Os programas os quais relataremos um pouco nas seções à seguir, são desenvolvidos nos Estados Unidos, menos o OCLC, e são denominados *bibliographic utilities*, empresas bibliográficas, que: “[...] mantêm grandes bases de registros catalográficos em computadores, operando *online*, para apoio às atividades de processamento técnico e de administração de bibliotecas.” (MONTE MÓR, 1983, v. 11, n. 2, p. 264).

3.1.1.1 Program for Cooperative Cataloging (PCC) / Programa de catalogação cooperativa (PCC)

O PCC é um programa cooperativo internacional iniciado oficialmente nos EUA em 1995 pela LC em virtude do sucesso que já tinham os programas Name Authority Program Component of the PCC (NACO) e Cooperative Online Serials (CONSER) iniciados em 1970.

O PCC possui o:

[...] principal objetivo de expandir o acesso a registros bibliográficos, provendo uma catalogação útil, rápida e de baixo custo orçamentário, seguindo regras e padrões comumente aceitos pelas bibliotecas em todo o mundo. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1999).

Observa-se mais uma vez o aspecto da padronização destacado.

Outros objetivos do PCC:

- aumentar e agilizar, em ações cooperativas, a disponibilização de registros bibliográficos, e de autoridades, elaborando

catálogos para serem compartilhados com outras bibliotecas por um preço controlado;

- manter padrões usuais para a descrição física;
- divulgar a importância do acesso fácil, rápido e de baixo custo da catalogação cooperativa;
- aumentar e ainda compartilhar o uso de registros bibliográficos estrangeiros;
- manter-se em diálogo constante com os membros do PCC;
- seguir o Plano Estratégico Qüinqüenal para que se alcance estes objetivos (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1999).

Apresentando como vantagens aos participantes:

- atuação em programas de catalogação cooperativa mundiais;
- redução dos custos da catalogação, elaborando registros de qualidade que não precisem ou precisem de poucas modificações locais;
- fazer a atualização e a melhoria nos registros de monografias e publicações seriadas;
- ter bom relacionamento com colegas de outras bibliotecas (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1999).

O Programa conta com mais de 200 sócios (nov. 2003), representando todos os tipos de bibliotecas. Tem como sócios permanentes a LC, a Biblioteca Britânica, Biblioteca Nacional do Canadá, Biblioteca de

Medicina, OCLC, Grupos de Bibliotecas e de Pesquisas e a Associação de Coleções de Bibliotecas e Serviços Técnicos, os quais também fazem parte do Conselho executivo, incumbidos da realização do plano estratégico do programa, do estabelecimento de monitorias, padrões e a promoção da comunicação entre os participantes.

Além disso, o PCC possui outros Comitês encarregados do estabelecimento de padrões, treinamentos e automatização, pontos importantes para alcançar os objetivos do programa.

A LC funciona como secretaria do PCC e executa, entre outras tarefas, a recrutação de novos sócios, organização de treinamentos, estabelecimento de uma forma de comunicação entre o programa e a sociedade e o relacionamento de dados para uma avaliação contínua, visando não perder a qualidade do serviço, não se afastando de seus objetivos.

Em 1995 a LC distribuiu “[...] 235,000 novos registros em nível completo e 42,720 em nível mínimo [...]” (TABB, 1996, p. 2, tradução nossa).

Existem quatro programas que fazem parte do PCC: Subject Authority Cooperative Program (SACO); NACO; Bibliographic Record of the Program for Cooperative Cataloging (BIBCO); CONSER, os quais serão tratados nas próximas seções.

3.1.1.2 Subject Authority Cooperative Program (SACO) / Programa Cooperativo para Cabeçalhos de Assuntos (SACO)

SACO é um programa que consiste em um meio para que os participantes do PCC, enviem sugestões para a inclusão de novos cabeçalhos de assuntos na Library of Congress Subject Headings (LCSH) da LC, ou que indiquem modificações em cabeçalhos já prontos, e também indiquem a mudança ou inclusão do número de Classificação da LC – Library of Congress Classification (LCC).

Na home page do SACO⁵, existem links explicando como proceder para o envio de propostas, e formulários apropriados para envio, visando a facilitação do envio e evitando a duplicação das mesmas. As propostas são avaliadas pela LC, recusando ou aceitando a inclusão ou a modificação no LCSH.

Os sócios do programa podem obter informações sobre possíveis dúvidas em relação ao envio de propostas através de e-mail ou telefone. São oferecidos também seminários em parceria com a LCSH, ALA e o PCC que objetivam a catalogação de cabeçalhos de assuntos, nos quais o SACO incentiva a presença de todos os associados.

3.1.1.3 Name Authority Program Component of the PCC (NACO) / Programa para o estabelecimento de autoridades por assuntos (NACO)

NACO, criado em 1970, é um programa disponível para o recebimento de contribuições para inclusões ou modificações de registros de entradas de nomes, títulos uniformes e séries. A adesão ao programa pode

ser realizada isoladamente ou por um grupo de bibliotecas com o mesmo interesse, tendo como responsável um coordenador comum.

Os participantes do programa devem seguir um conjunto de padrões e instruções para a criação de novos registros ou a modificação destes, a fim de se criar uma normalização visando ao compartilhamento internacional.

Para fazer parte do programa, os associados recebem um treinamento com duração de uma semana, discutindo que diretrizes devem ser seguidas, tendo em mente a simplificação dos serviços de catalogação e a criação de registros consistentes, confiáveis e de qualidade, lembrando sempre, que estes registros serão compartilhados por muitos, trazendo a diminuição de serviços e o aproveitamento máximo dos registros.

A inclusão de novos registros, como a modificação, devem seguir parâmetros, que são apresentados aos possíveis associados antes de sua adesão.

As condições básicas para a participação no programa são a adoção:

a) das regras de catalogação do AACR2 revisado, capítulos 22 à 26, como também o seu índice;

b) do USMARC Authority Format - Formato de Autoridade, incluindo a 21. edição, conhecida como páginas amarelas, elaborada pela LC;

⁵ <http://www.loc.gov/catdir/pcc/saco.html>

c) das Interpretações das Regras da LC / Library of Congress Rule Interpretations (LCRis), capítulos 22 à 26;

d) e finalmente que se adote o Library of Congress Subject Cataloging Manual (LCSCM) – Memo t405 - Catálogos Manual de Assuntos da LC, conhecido também como “As divisões do mundo” (PROGRAM FOR COOPERATIVE CATALOGING, 2003).

A contribuição de novos registros é denominado como New Authority Records (NARs), e as mudanças denominam-se National Authority File (NAF). As bibliotecas associadas ao NACO não são obrigadas à enviar todos seus registros para a base do NACO, exceto quando existe um registro no NARs e no NAF não, devendo então fazer a inclusão no NAF.

As instituições *National Library of Medicine* (NLM) e *English Short Title Catalogue*, dispõe seus registros de títulos uniformes na base de dados do SACO, sendo que este por sua vez, ao realizar alguma modificação nestes registros, avisará a instituição respectiva.

Os associados são orientados à usar como opção, o número de classificação da LC para autores literários, mas com a obrigatoriedade de normalizarem seus registros.

3.1.1.4 Bibliographic Record of the Program for Cooperative Cataloging (BIBCO) / Programa de registros bibliográficos (BIBCO)

BIBCO é um programa que possibilita os membros do NACO darem suas contribuições de registros bibliográficos para as bases de dados nacionais, os quais são identificados como registros do PCC, que se sobressaem pelo trabalho de qualidade em cabeçalhos autorizados.

Em outubro de 1995, os membros do PCC começaram a participar do BIBCO, quando antigamente faziam parte do *National Coordinated Cataloging Program (NCCP)*, iniciado em 1988, com um grupo de doze bibliotecas, as quais elaboraram um considerável número de registros juntamente com a LC.

Os participantes do BIBCO recebem um treinamento de acordo com suas necessidades dentro de suas instituições, tendo também como foco a elaboração dos registros bibliográficos e o desenvolvimento de tomadas rápidas de decisões na hora da catalogação de um documento.

A adesão ao programa é o mesmo processo para adesão ao NACO, isto é, pode ser feita individualmente ou por um grupo de bibliotecários, elegendo um coordenador comum.

O BIBCO conta com um Comitê representante que é composto por 10 pessoas, provenientes de suas bibliotecas associadas, da LC, da OCLC e da RedLightGreen (RLG). Os participantes deste Comitê, fazem reuniões, cujos resultados são expostos à todos os associados, através de relatórios. O representante das bibliotecas associadas é mudado constantemente, possibilitado que todos passem pelo Comitê.

As responsabilidades do Comitê são: informar aos seus associados todas as mudanças que possivelmente ocorram no programa; revisão de procedimentos, manutenção e desenvolvimento de documentação;

contribuição na revisão de padrões e comentários sobre possíveis alterações nas normas, regras e dúvidas em relação ao formato MARC etc.

São celebradas reuniões anuais, geralmente na primavera, com os representantes do CONSER, com enfoque nas mudanças de padrões, solução de problemas na catalogação, sendo que após estas reuniões, é entregue um relatório à todos os membros do PCC.

3.1.1.5 Cooperative Online Serials (CONSER) / Programa Cooperativo online de publicações seriadas (CONSER)

CONSER pode ser definido como:

- um programa cooperativo online de publicações seriadas;
- uma fonte de registros com alta qualidade de publicações seriadas;
- um grupo de pessoas que trabalham harmoniosamente em uma atmosfera de confiança e coleguismo;
- um provedor de regras em relação à publicações seriadas;
- um componente do PCC (CONSER COOPERATIVE ONLINE SERIALS, 2003).

O CONSER começou a ser desenvolvido em 1970, com um projeto que visava a conversão dos registros em papel de publicações seriadas para formato legível em computador. Foi evoluindo e crescendo como um

programa que contava e conta com um catálogo de qualidade para as publicações seriadas.

Devido sua mudança de registros em papel para registros online seu nome foi mudado em 1986 de *Conversion of Serials* para *Cooperative Online Serials*, e em outubro de 1997 começou a fazer parte do PCC.

A base de dados do CONSER está alojada na OCLC, onde seus membros podem inserir, autenticar e modificar os registros, bem como contribuir para a OCLC via File Transfer Protocol (FTP). A autenticação é um processo que consiste na aprovação dos elementos descritivos dos registros, tornando-os disponíveis para todos.

As bibliotecas associadas se beneficiam com registros catalográficos de publicações seriadas, pela facilidade no desenvolvimento de suas coleções, como também poupam tempo e dinheiro.

Além dos registros do CONSER estarem disponíveis na base de dados da OCLC, esta os distribui para a LC e para a Biblioteca Nacional do Canadá, tendo estas duas últimas a responsabilidade da distribuição online em formato MARC aos seus associados. Alguns registros selecionados estão disponíveis na base de dados do United States Newspaper Program National Union List (USNP).

O CONSER conta ainda com duas publicações elaboradas pela LC: o *Conser Edity Guide* e o *Conser Cataloging Manual*. O primeiro contém as políticas do CONSER, os procedimentos e a história do programa em sua primeira parte, a parte 2 oferece um guia do USMARC, passando campo a campo e como se dá a aplicação de cada um deles na catalogação dos

registros do CONSER. A segunda publicação inclui seções de como catalogar materiais, como: CD-ROMs, microformas, jornais etc.

Também existe o *CONSER online*, com recentes notícias de eventos do programa, e o Serials Cataloging Cooperative Training Program (SCCTP), que disponibiliza materiais para serem usados nos treinamentos, seminários e nas instruções individuais.

A administração do CONSER é realizada por Comitês, com o apoio da LC, que por sua vez cede seu pessoal quando necessário. Em relação aos procedimentos técnicos, existe o Comitê provido pelo CONSER, denominado CONSER Operations Committee, composto por catalogadores sênior.

O PCC Policy Committee, é encarregado pela definição de estratégias e políticas à longo prazo e conta com 3 sócios representando o CONSER. Existe também o PCC “Steering” Committee, formado por 5 pessoas do PCC Policy, que tem a tarefa de aprovar novos membros e fazer recomendações ao Committee Policy.

Já a coordenação global do CONSER é realizada pelos funcionários da Divisão de Registros de Publicações Seriadas da LC. Estes comitês também planejam reuniões, preparam documentos e viajam para oferecer treinamentos para uma revisão da qualidade dos serviços das bibliotecas associadas.

3.1.2 Online Computer Library Center - OCLC:

OCLC é um programa cooperativo sem fins lucrativos, com 84 países participantes, totalizando mais de 45.000 bibliotecas (dez. 2003) no mundo inteiro.

O programa foi denominado primeiramente como Ohio College Library Center (OCLC), fundado em 1967 por diretores de universidades do estado de Ohio para desenvolver um sistema automatizado a fim de que as bibliotecas de Ohio pudessem compartilhar recursos e reduzir custos, implantando em 1971 a catalogação compartilhada, usada hoje por bibliotecas do mundo inteiro. Em 1977 a OCLC iniciou serviços com bibliotecas fora do estado de Ohio, passando em 1981 oficialmente seu nome para Online Computer Library Center (OCLC).

O serviço de empréstimo entre bibliotecas foi fundado em 1979, e desde então, serviu para mais de 127 milhões de empréstimos entre 6928 bibliotecas do mundo. Tem disponível também em seu rol de serviços desde 1991, o serviço de referência, usado por 20.035 bibliotecas.

A missão da OCLC é possibilitar o acesso, pelo usuário, à informação mundial bem como reduzir os custos com os serviços oferecidos, que são vários, como:

- ferramentas para a catalogação;
- referências e serviços de pesquisa online;
- recursos para o compartilhamento de ferramentas;
- serviços de preservação;
- CDD (ONLINE COMPUTER LIBRARY CENTER, 2003, tradução nossa).

Possui também o serviço de WorldCat, com as seguintes vantagens:

- ser a base mais consultada para a captação de registros bibliográficos;
- possuir 49 milhões de registros catalogados por bibliotecas do mundo inteiro, e a adição de um novo registro na base a cada 12 segundos;
- possuir mais de 4.000 registros em todas as áreas do conhecimento representado por 400 línguas (ONLINE COMPUTER LIBRARY CENTER, 2003, tradução nossa).

A OCLC é governada por seus próprios membros e pode ser considerada o maior programa de consórcio do mundo, oferecendo ainda como vantagens aos seus membros:

- pertencer ao maior consórcio de bibliotecas do mundo;
- ter uma grande contribuição às suas formações de bases de dados bibliográficas; e
- permanecer em contato com o uso de tecnologias recentes para os serviços na biblioteca (ONLINE COMPUTER LIBRARY CENTER, 2003, tradução nossa).

A OCLC também exerce atuação grande na América Latina e Caribe, desde 1995, incluindo a América Central e a América do Sul.

Um dos objetivos da OCLC na América Latina é propiciar aprimoramento nos serviços biblioteconômicos e a redução de custos para estes serviços.

Entre os serviços oferecidos para a América Latina está o serviço de catalogação, considerado o maior programa de catalogação compartilhada online do mundo. Este serviço permite às bibliotecas catalogar mais de 55 milhões de itens por ano, tendo como centro do programa o WorldCat, considerado a mais abrangente base de dados bibliográfica e catalográfica do mundo.

Os países da América Latina e Caribe podem contar com a catalogação da OCLC para:

- Um aumento significativo na produtividade da catalogação a custos menores.
- Catalogação econômica, com preços escalados a fim de atender às necessidades de sua biblioteca – seja ela de grande ou pequeno porte.
- Alta porcentagem de êxito nas buscas e registros MARC de alta qualidade.
- Exportação direta de registros para o seu sistema local.
- Catalogação em português e em qualquer formato.
- Localizar materiais em qualquer parte do mundo.
- Promoção do acervo de sua biblioteca em mais de 40.000 bibliotecas em todo o mundo. (OCLC LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN, 2003).

Pode-se perceber vantagens consideráveis para a participação na OCLC, ainda mais quando se pensa nas vantagens oferecidas pelo WorldCat.

E ainda a OCLC oferece uma diversidade de opções na hora da escolha de como catalogar, como o catalogador poder acessar online e interativamente catalogar com o WorldCat ou programar o seu sistema para que salve registros em um arquivo local para a catalogação off-line, pode

ainda obter serviços de suporte técnico no idioma inglês, espanhol e português gratuitamente (OCLC LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN, 2003).

Resumindo, os serviços de catalogação da OCLC servem para:

- Aumentar sua produtividade com catalogação ao processar material de rotina automaticamente, o que permite a seus funcionários concentrarem-se em tarefas mais complexas de catalogação.
- Entregam os mais recentes registros bibliográficos e de autoridades através de serviços automatizados de catalogação.
- Disponibilizam materiais mais rapidamente aos seus usuários.
- Mantêm sua catalogação atualizada e tornam mais eficiente o fluxo de seus serviços técnicos;
- Oferecem relatórios detalhados sobre o uso do sistema e possibilitam a avaliação do mesmo fluxo de trabalho de seus funcionários.
- Mantêm catalogadores atualizados através da mais moderna metodologia e tecnologia em catalogação. (OCLC LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN, 2003).

A OCLC ainda oferece o Controle de autoridades, visando a normatização das entradas; a Classificação Decimal de Dewey, que pode ser obtida via web por assinatura anual; fornecimento de periódicos eletrônicos, e o serviço de Conversão Retrospectiva, desde 1976, convertendo materiais nos mais variados suportes, todos em formato MARC.

Falamos até aqui dos programas de catalogação cooperativas internacionais, que como vimos são vários e oferecem inúmeras vantagens para seus associados, inclusive o Brasil que possui bibliotecas associadas à OCLC.

Na próxima seção veremos como se deu o surgimento e a evolução da catalogação cooperativa no Brasil, e como está atualmente.

3.1.3 Catalogação cooperativa no Brasil

O Brasil também contou com iniciativas em relação à catalogação cooperativa, as quais resultaram na Rede Bibliodata.

As iniciativas datam da década de 40, quando surgiu o desenvolvimento de técnicas modernas nos serviços biblioteconômicos, advindas da atuação através de concursos e cursos especializados, oferecidos pelo DASP, formando técnicos e abrindo novas perspectivas de trabalho; a mudança no currículo do curso oferecido pela BN; o aprimoramento dos bibliotecários brasileiros em universidades americanas e a criação de um serviço de cooperação denominado SIC em 1942, até na época único na América Latina (BARBOSA, 1978).

O SIC tinha o objetivo de incentivar e realizar a ajuda comum entre as bibliotecas do país, nos serviços biblioteconômicos.

A iniciativa da implantação do SIC, partiu de Lydia de Queiroz Sambaquy, quando esteve visitando a LC, onde já funcionava o programa de catalogação cooperativa, e ao se admirar com o êxito do programa naquela instituição, pensou na implantação de um semelhante no Brasil, levando em conta a realidade brasileira em não contar com grandes recursos financeiros para a execução do programa e recursos em pessoal capacitado, já imaginando como poderia se dar a implantação do programa, mesmo com estes fatores.

Não ignorando os fatores contra, mas na tentativa de começar o serviço com eles e aos poucos, esperançosamente, ir diminuindo-os, o SIC

começou seu funcionamento, em seu primeiro momento, instalado na Biblioteca do DASP, dependendo dele também administrativamente, sendo considerado o primeiro órgão mantenedor do SIC.

Antes do início da formação de bibliotecas cooperantes, houve um acordo firmado entre o DASP e o Departamento de Imprensa Nacional, ficando estabelecido que o DASP se responsabilizaria pela revisão técnica das fichas enviadas pelos cooperantes e o Departamento de Imprensa Nacional ficaria responsável pela tarefa de impressão das fichas, como também pela sua venda e distribuição.

A partir deste acordo iniciou-se a formação da rede de cooperantes, primeiramente com as bibliotecas ministeriais, que contavam na época com melhores recursos administrativos, quando em troca de suas colaborações, recebiam do SIC as fichas já revisadas e impressas por doação.

Constatou-se então, entusiasmo por parte de bibliotecários para o desenvolvimento do programa, mesmo tendo detectado de imediato um problema: “a falta de pessoal treinado em técnicas catalográficas, decorrente da existência de poucas escolas de biblioteconomia no país.” (BARBOSA, 1978, p. 82).

Então o SIC passou a perguntar-se:

Como exigir das bibliotecas cooperantes fichas corretas se não havia normas estabelecidas, oficialmente, para este fim? Como poderiam estabelecer assuntos e cabeçalhos se, para isso, poucos bibliotecários tinham aprendido a técnica essencial? Como dispor de material de referência para pesquisa, se a maioria das bibliotecas existentes não possuía este tipo de material? (BARBOSA, 1978, p. 82).

Apesar de todas estas indagações e problemas, no ano de sua instalação o SIC conseguiu imprimir fichas que correspondiam a 600 títulos, com a colaboração de várias bibliotecas localizadas em vários pontos do país.

Com o crescimento acelerado do SIC, este teve que sair das instalações do DASP, mas ainda manter-se vinculado a ele e ao Departamento de Imprensa Nacional.

O SIC teve seu funcionamento até meados de 1947, dentro do sistema cooperativo, sentindo a necessidade de aumentar a capacidade de produção tanto na revisão de fichas como na diminuição do tempo na impressão destas. Neste momento então a Fundação Getúlio Vargas (FGV), juntou-se ao DASP e ao Departamento de Imprensa Nacional, proporcionando recursos financeiros propícios para o momento, e oferecendo também recursos para a ministração de cursos no SIC, melhorando o aprendizado dos técnicos, resultando na imediata melhoria na revisão das fichas catalográficas.

A FGV assumiu também com exclusividade a venda e a distribuição das fichas. Juntam-se à essas melhorias a divulgação das vantagens do SIC por meio de publicações e de três catálogos impressos, que divulgavam como cooperar, adquirir e utilizar as fichas cooperadas por várias bibliotecas do país. Nesta época instalaram-se algumas escolas de Biblioteconomia, e o SIC passa então para quase 200 bibliotecas cooperantes.

Para a descrição bibliográfica dos registros o SIC utilizava o Código da Vaticana, que era usado por várias bibliotecas no Brasil. A BN do Rio de

Janeiro e algumas bibliotecas de São Paulo, não contribuíram com o SIC alegando diferença no uso de códigos, pois utilizavam o Código da ALA.

Com a criação em 1954, do IBBD, atual IBICT, este recebeu a responsabilidade da manutenção do SIC. O IBBD, visando aumentar a ampliação dos serviços oferecidos pelo SIC, fez um levantamento para constatar a real utilidade do serviço pelas bibliotecas, se certificando então desta necessidade.

Iniciativas como: a responsabilidade da publicação da 2. edição do Código da Vaticana; a firmação de um acordo com o INL, que era obrigado a enviar juntamente com seus livros doados para bibliotecas, fichas catalográficas, foram feitos entre o IBBD e o INL.

Apesar de todos estes esforços o programa crescia de forma lenta e a falta de qualidade no serviço cooperado pelas bibliotecas era visível, tendo às vezes o SIC que refazer 80% das colaborações recebidas. (BARBOSA, 1978)

Este fato pode ser atribuído pela distância das bibliotecas em regiões diferentes não havendo igualdade na descrição física de seus documentos, mesmo usando um Código de catalogação em comum. O SIC então trabalhava confiando que as fichas enviadas estavam em concordância com o material descrito, pois era muito difícil viabilizar meios rápidos e eficientes para revisar as fichas, no sentido de confrontar o documento e a ficha, mas mesmo com este empecilho o SIC:

[...] lançava mão de todos os recursos disponíveis não só para revisar e normalizar mas, principalmente, para identificar, comparar e completar os dados catalográficos, a fim de atingir seu objetivo: incentivar o aperfeiçoamento dos catalogadores brasileiros, através de material impresso, padronizado e bem apresentado [...]. (BARBOSA, 1978. p. 86-87).

Como já vimos desde a seção 2, as tentativas de normatização, padronização e formação de redes de catalogação foram alvo de críticas, e o SIC não escapou delas. Mesmo assim ele continuou a prestar seus serviços com os objetivos de:

- a) barateamento do custo de catalogação dos acervos e aperfeiçoamento das técnicas bibliográficas;
- b) desenvolvimento da cooperação entre bibliotecas;
- c) contribuição para a formação de catálogos coletivos regionais;
- d) economia de tempo nas tarefas técnicas de catalogar e classificar;
- e) facilidade nas pesquisas bibliográficas e ajuda na atualização dos catálogos das bibliotecas. (BARBOSA, 1978, p. 87).

Estes itens também podem ser tidos como vantagens do programa.

O serviço continuava, o tempo passava e não havia melhora no programa, com a continuação de alguns problemas e o surgimento de outros:

[...] a não melhoria na qualidade do trabalho apresentado pela maior parte das cooperantes; a necessidade de uniformização das entradas, e finalmente, uma certa desatualização do estoque de fichas (que foi em parte compensada pela inauguração da gráfica do IBBD, em 1960). (BARBOSA, 1978, p. 87).

Quando em 1970, chegou ao Brasil a divulgação das vantagens do Projeto MARC (como já vimos na seção 2.2), o SIC começou a pensar na automatização de seus serviços e novamente indagou-se:

Porque não criar uma central formada por um grupo selecionado de cooperantes, escolhido por áreas de assunto, capaz de alimentá-la em benefício das demais bibliotecas do País? (BARBOSA, 1978, p. 88).

O resultado destas indagações se converteu em tema de dissertação, defendida por Alice Príncipe Barbosa, que antes de elaborar a dissertação, enviou um questionário à 900 bibliotecas que entre outras perguntas, questionava a aceitação da central de catalogação. Como resultado desta pergunta todas as respostas foram favoráveis à implantação (BARBOSA, 1978).

Então mais uma vez se baseando no serviço da LC, foi proposto o uso do formato Catalogação Legível por Computador (CALCO), baseado no formato MARCII, executando um plano experimental, terminando com o recebimento de colaborações das bibliotecas cooperantes, não recebendo mais fichas para a revisão, pondo fim, em 1973, após 31 anos de funcionamento, aos serviços do SIC, para que o Projeto CALCO fosse desenvolvido.

O SIC em seus 31 anos de existência realizou:

- a) o aperfeiçoamento de seu próprio pessoal, que nesse espaço de tempo, foi pouco a pouco, adquirindo a vivência necessária para tão responsável cargo;
- b) o treinamento de numerosos bibliotecários que estagiaram em seu setor técnico;
- c) o auxílio a diversas bibliotecas, particulares e oficiais;
- d) os acordos com várias entidades oficiais e privadas no sentido de ampliar o intercâmbio biblioteconômico;
- e) o estabelecimento de normas de simplificação de suas catalogações, conforme recomendação do Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação;
- f) o controle dos cabeçalhos usados em suas fichas;
- g) a tentativa, embora infrutífera, de implantar a catalogação-na-fonte (não houve receptividade por parte dos editores);
- h) o auxílio ao Programa do Livro Científico ([U.S. Agency for International Development] USAID/ [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] CNPq), catalogando e classificando as coleções recebidas através do IBBD;
- i) a organização de algumas bibliotecas oficiais;
- j) a publicação de catálogos e folhetos ilustrativos de seus serviços;
- l) a doação de milhares de fichas, beneficiando, entre outras, as universidades, no intuito de auxiliá-las em suas pesquisas e alertá-las sobre as vantagens do Serviço;
- m) o atendimento, direta ou indiretamente, às mais variadas consultas. (BARBOSA, 1978, p. 89-90).

Todas estas realizações tinham o objetivo colocar o “[...] volume de documentos recém-chegados à uma biblioteca à disposição do leitor, o mais rapidamente possível.” (BARBOSA, 1978, p. 85).

A decisão da automação partiu do princípio de que seria humanamente impossível continuar um serviço manual, dado à grande quantidade de documentos que estavam sendo produzidos.

Depois então de aprovado o Projeto CALCO como dissertação, foi iniciado um estudo operacional do formato. O CALCO foi inteiramente baseado no MARCII, já prevendo que se não o fizesse assim, futuramente não haveria uma troca internacional de informações.

Foi dado treinamento aos bibliotecários que ainda não utilizavam o Código AACR, já que os campos do formato CALCO contemplavam as áreas

de descrição do AACR, estabelecendo também critérios para a participação no programa:

- a) definição das regras catalográficas com resolução nos casos omissos;
- b) elaboração da lista de cabeçalhos de assunto;
- c) implantação da central de processamento. (BARBOSA, 1978, p. 220).

O Projeto CALCO se objetivava à:

- elaborar um catálogo que arrolasse a maior parte da produção bibliográfica recente, servindo de instrumento para a pesquisa nos pontos mais distantes do país;
- obter bibliografias especializadas;
- permutar informações dentro e fora do país;
- obter catálogos coletivos especializados;
- padronizar normas de catalogação e cabeçalhos de assunto;
- acelerar duplicação de fichas;
- economizar tempo e mão-de-obra para as bibliotecas que possuíam as mesmas obras. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; REDE BIBLIODATA, 2003).

Ficou decidido que a central de processamento seria composta por unidades/centrais, formadas por bibliotecas especializadas que possuíam os maiores números de acervos, ficando responsáveis pela alimentação dos catálogos na área da literatura técnico-científica (BARBOSA, 1978).

As instituições, FGV, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o IBICT, desenvolveram sistemas de catalogação, todos usando o formato CALCO com pequenas modificações de acordo com a realidade de cada instituição.

Em 1975, foi decidido pelo IBBD, em uma reunião de especialistas, pela implantação de Sistemas Nacionais de Informações (NATIS), projeto da UNESCO e pela adoção do formato CALCO em nível nacional.

Um ano antes, em 1974 foram feitos estudos para a automação da Biblioteca Central da FGV, criando um projeto piloto para ser usado em programas cooperativos. Em 1977, esta mesma biblioteca, juntamente com o Centro de Processamento de Dados, deu iniciativa ao BIBLIODATA/CALCO, com o objetivo desde sua implantação de formar “[...] uma rede nacional de catalogação cooperativa que, esperançosamente, viria a se estabelecer em torno deste sistema.” (GÓES E VASCONCELLOS, 1996, v. 25, n. 3, p. 451).

A Rede BIBLIODATA é definida, segundo Fundação Getúlio Vargas e Rede Bibliodata (2003), como:

[...] uma experiência nacional pioneira na criação de uma rede de catalogação cooperativa, que visa a difusão dos acervos bibliográficos do país, o aperfeiçoamento dos serviços de documentação e informação das instituições participantes e o compartilhamento dos recursos empregados.

Em seu início o BIBLIODATA/CALCO gerava produtos como: “[...] fichas catalográficas, etiquetas de dorso e de bolso, catálogos em microfichas e alguns padrões populares de formatos eletrônicos de dados.” (GÓES E VASCONCELLOS, 1996, v. 25, n. 3, p. 451).

Os números de cooperação e a reutilização dos registros já existentes ficavam abaixo do esperado por “[...] uma tendência de catalogadores em recusar a incorporação em seus catálogos de registros codificados por terceiros do que por deficiências do sistema [...]” (GÓES E VASCONCELLOS, 1996, v. 25, n. 3, p. 451).

Espírito este que não cabe em um serviço cooperativo, onde todos devem ter em mente que todos trabalham para um bem comum: a qualidade do catálogo.

O Formato CALCO, sofreu alterações, mas mantendo seu formato inicial e se orientando pela norma ISO-2709 datada de 1996, para padrões de registros em fita magnética.

A BN publicou dois manuais descritivos sobre o CALCO, o primeiro “Instruções de preenchimento da folha para catalogação CALCO” e o segundo “Instruções de preenchimento da folha-entrada CALCO Autoridade”, os dois publicados no ano de 1977, antecedendo a implantação do programa da FGV.

Em 1978, a FGV recebeu uma outra versão do manual da BN, quase que juntamente com o manual feito pelo IBICT, denominado “Manual de preenchimento de folhas de serviço-monografia”, em versão preliminar.

A FGV começa a elaborar suas próprias normas, por volta de 1979, pois já tinha o programa de catalogação automatizado instalado, coincidindo com as normas estabelecidas internacionalmente, resultando em um conjunto de quatro documentos denominados: “Sistema de registros bibliográficos: v. 1 Monografias, v. 2 Seriados, v. 3 Tabelas, v. 4 Instruções para acerto do formato CALCO.”

Estes documentos ainda incluíam procedimentos normativos para o preenchimento do formulário de entrada de dados bibliográficos e regras de catalogação de acordo com ISBD(M) e ISBD(S).

Devido ao avanço da tecnologia, a FGV, ao implantar o Projeto CALCO, pode oferecer às bibliotecas, que confiaram no projeto e aderiram a ele, facilidades para o intercâmbio de informações de forma cooperativa.

As instituições interessadas em fazer parte da Rede BIBLIODATA/CALCO, assinavam um contrato de prestação de serviços. As

primeiras à adesão foram da Fundação Joaquim Nabuco, Escola Superior de Guerra, Biblioteca do Exército, BN, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – Rio).

Em seu surgimento a Rede BIBLIODATA/CALCO, já se via como,

[...] a solução para se chegar ao controle bibliográfico nacional, à otimização da escassa mão-de-obra nos serviços de biblioteconomia e documentação e ao armazenamento ordenado e compatível, em nível internacional da nossa produção intelectual. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; REDE BIBLIODATA, 2003).

Com o intuito de ser basicamente um sistema de Utilidades Bibliográficas, foram definidos os seguintes objetivos:

- integrar as bibliotecas participantes da Rede através das catalogação cooperativa, com a definição e criação de instrumentos de trabalho que facilitassem e acelerassem este processo;
- manter um Catálogo Coletivo da Rede;
- colaborar no desenvolvimento de softwares locais para atender às necessidades específicas de cada biblioteca;
- desenvolver soluções compatíveis com a realidade das bibliotecas e centros de pesquisa brasileiros;
- desenvolver tecnologia nacional, na área de informática, para o tratamento da informação bibliográfica. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; REDE BIBLIODATA, 2003).

Decidindo a Rede BIBLIODATA/CALCO em dar prioridade ao serviço de Utilidade Bibliográfica, resolveu também dar atenção ao item recuperação da informação, como forma de apoio aos serviços de referência, não se eximindo da responsabilidade de automação do Catálogo Público de cada biblioteca da rede, serviço que deveria ser executado localmente, com suporte do BIBLIODATA/CALCO.

Para se efetivar a administração e a recuperação das informações bibliográficas, para as bibliotecas interessadas no assunto, foi definido um padrão, software MicroIsis, para a recuperação de informações bibliográficas locais. Foi criado também o Sistema SABII, em parceria com a International Business Machines Corporation (IBM) e a Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), visando a facilitar os serviços de buscas e empréstimos.

Entre os anos de 1980 à 1985, as contribuições financeiras feitas pelas bibliotecas cooperantes não eram suficientes para arcar com todas as despesas do BIBLIODATA/CALCO, ficando a FGV responsável exclusiva pelos gastos com execução de programas, elaboração de manuais e o processamento técnico dos trabalhos.

A organização e o desenvolvimento da Rede BIBLIODATA/CALCO foram realizados,

[...] com muita economia e cautela, a fim de propiciar em primeiro lugar, a adoção de normas que já fossem de aceitação corrente e que satisfizessem ao maior número de bibliotecas participantes; em segundo lugar esperou-se que o sistema fosse crescendo na medida da contribuição de novas bibliotecas participantes. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; REDE BIBLIODATA, 2003).

Para um aumento significativo de bibliotecas universitárias participantes na Rede, a Secretaria de Educação Superior (SESu), desempenhou papel importante, quando na realização do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), incentivou as bibliotecas à fazerem parte da rede, não fazendo contudo que a FGV, com o aumento de participantes na Rede, alcançasse recursos financeiros para sua autonomia.

De 1994 à 1996 a Rede BIBLIODATA/CALCO, passou por mudanças, sendo que a principal delas consistiu na troca do formato CALCO para o formato USMARC, pois o CALCO, embora tenha sido todo baseado no MARC, já estava defasado. Essa mudança se fez necessária para permitir aos participantes da Rede BIBLIODATA/CALCO, uma comunicação com redes internacionais.

Em estudos referentes aos softwares americanos usados em bibliotecas, a FGV resolveu pela adoção do Virginia Tech Library System (VTLS Inc.). A conversão dos registros bibliográficos e de autoridades para o novo formato e a implantação do VTLS consistiu em um processo lento e fez com que a carga de registros fosse interrompida por aproximadamente 6 meses, entrando em julho de 1997 em funcionamento com todos os registros armazenados recarregados no VTLS passando a chamar BIBLIODATA.

Ressaltamos que a Rede BIBLIODATA/CALCO, passou a se chamar somente BIBLIODATA, devido à troca de formato.

A Rede começou a concentrar seus esforços na produção de CD-ROMs, e na venda do sistema VTLS.

O período de 1996 à 1998, em que a FGV representou a VTLS no Brasil, foram fechados contratos para a venda do sistema com importantes instituições: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e com a Universidade de Viçosa, mas o retorno financeiro esperado não foi alcançado.

A FGV, estava transferindo seus recursos para a representação da VTLS no Brasil, fato que prejudicou o crescimento da Rede BIBLIODATA,

levando a decisão pelo cancelamento do contrato com o sistema, e concentração de esforços na atuação da Rede em nível nacional.

Começaram a ser tomadas então, iniciativas para uma melhor comunicação entre a Rede e os cooperantes, tendo como primeira delas a criação de uma site para a BIBLIODATA, lançado em outubro de 1999. A segunda iniciativa foi o lançamento do CatBib em junho de 2000, com editor MARC, que gerava produtos como: fichas, etiquetas etc, para as bibliotecas participantes. E a terceira iniciativa foi a continuidade do Projeto Mellon, iniciado em 1996, dando oportunidade para que os profissionais da Rede pudessem se atualizar através de cursos à distância.

Em 2000, teve início o Ensino à Distância – Bibliodata (EAD), com um curso inicial em três módulos: *Padrões em biblioteconomia e Ciências da Informação; Indexação e o sistema de Recuperação da Informação; Automação de Bibliotecas*, e a inclusão de mais um, *Atualização em AACR2R*.

A estrutura atual da Rede e os valores de alguns de seus serviços podem ser verificados no ANEXO A - Estrutura e serviços da Rede Bibliodata.

3.2 Programa de Catalogação Centralizada

Nas seções anteriores vimos o que é, como é realizada, qual seu fluxo e as agências mais importantes do programa de catalogação cooperativa. Nesta seção daremos atenção ao programa de catalogação

centralizada, que muitas vezes é confundido com a catalogação cooperativa. Essa confusão se dá pelo fato de se denominar Central o local que recebe a colaboração de bibliotecas cooperantes (BARBOSA, 1978).

Para começarmos a entender qual a diferença entre os dois programas, vamos definir a catalogação centralizada, segundo Barbosa (1978, p. 71), como:

[...] o trabalho feito por uma Central para atender às necessidades de departamentos, filiais, etc. É um tipo de catalogação muito comum em universidades, ou onde a aquisição planejada seja adotada [...] a catalogação-na-fonte é um exemplo de catalogação centralizada.

Diante desta definição podemos observar um ponto importante de distinção da catalogação centralizada para a catalogação cooperativa, a forma de execução do processo de catalogação. Na catalogação cooperativa várias pessoas e em vários lugares executam a descrição bibliográfica, enquanto que na catalogação centralizada, o serviço é realizado por um número definido de catalogadores (dependendo dos recursos da instituição) em um só lugar, sem a colaboração de outros e disponibilizando sua base de dados de registros catalográficos. Observe a seguir um exemplo de como a catalogação centralizada distribui seus registros catalográficos:

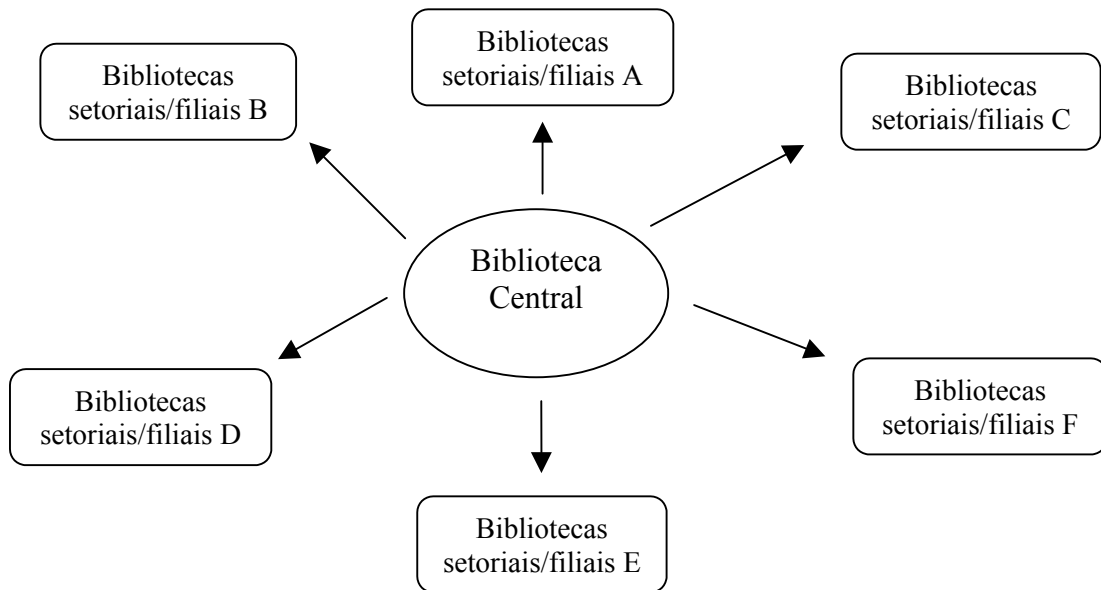


Figura 3. Programa de Catalogação Centralizada

Essa figura ilustra que a biblioteca central desempenha toda a tarefa e distribui a seus associados. Uma universidade pode possuir uma biblioteca central que elabore e disponibilize os registros catalográficos para suas bibliotecas setoriais, bem como em uma biblioteca pública que a partir de uma central, distribui seus registros para suas filiais.

Falamos aqui em disponibilizar base de dados, devido ao atual uso de tecnologias, possibilitando a existência de formatos de intercâmbio os quais permitem agilizar o processo de catalogação centralizada.

Entretanto no início das atividades de catalogação centralizada todo o processo era realizado manualmente, ocasionando alguns problemas como: “a) demora no recebimento das fichas; b) demora no confronto de livros e fichas para identificá-los; [...]” (BARBOSA, 1978, p. 92).

E segundo Wynar (1976, p. 368, tradução nossa), a catalogação centralizada, oferece vantagens tais como:

- uma eficiência nos processos catalográficos e a utilização de menos custos;
- melhor qualidade na prática da catalogação;
- centralização e simplificação dos trabalhos rotineiros;
- melhor utilização dos funcionários;
- a utilização de equipamentos mais sofisticados;
- a possível criação de um catálogo único.

Igualmente ao processo de catalogação cooperativa, a catalogação centralizada, foi também iniciada na LC em 1898, e teve igualmente como precursor Melwil Dewey quando propôs a instalação de um programa cooperativo e centralizado (14º parágrafo de 3.1). Em 1898 a LC realizava a impressão e venda de suas fichas catalográficas para cerca de três bibliotecas consideradas as maiores dos EUA. Em 1901 a impressão se estendeu à um número considerado de bibliotecas, sendo que em 1902 passou a ser um programa cooperativo, como foi relatado na seção 3.1.

Sua venda de fichas teve aumento significativo ao término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, quando as bibliotecas não estavam conseguindo registrar todos os livros que recebiam devido à grande demanda de literatura técnica e científica, precisando então das fichas da LC.

Mesmo com a venda crescente de fichas, a LC enfrentava problemas como a não aceitação por parte de alguns bibliotecários do seu serviço, por motivos como:

- a) *falta de uniformidade nas entradas* em relação às diversas normas vigentes em outras bibliotecas;
- b) *demora no recebimento das fichas* pelas bibliotecas [...]. Quando a obra não existe na coleção da LC, sua preparação fica na dependência de compra – às vezes no estrangeiro – de remessa, etc., [...]. (BARBOSA, 1978. p. 93).

Estes fatores poderiam ser resolvidos, ao se iniciar em 1960, o uso de tecnologias nos serviços biblioteconômicos.

A UNESCO interessada em saber o motivo da LC não permutar suas fichas em nível internacional, elaborou um estudo através de sua Comissão Consultiva Internacional de Bibliografia, Documentação e Terminologia, no ano de 1965.

A Biblioteca Nacional de Literatura Estrangeira da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), dirigida por Rudomina Giljarevskij, ficou responsável pela execução do estudo, que se deu através de um questionário enviado à 132 (cento e trinta e dois) países, analisando as respostas às seguintes perguntas (BARBOSA, 1978):

- a) se a difusão de fichas era em âmbito nacional ou internacional;
 - b) se as fichas eram, também, usadas para fins bibliográficos;
 - c) como eram feitas as remessas de fichas: se junto com os livros ou em separado;
 - d) se a catalogação era restrita somente à livros, ou se incluía, também, artigos de periódicos;
 - e) se a catalogação era de material recente ou retrospectivo;
 - f) quais as normas usadas para a determinação de entradas;
 - g) quais as normas usadas para decisão de cabeçalhos de assunto;
 - h) se o material catalogado era apenas nacional, ou também internacional;
- e muitas outras perguntas (p. 94).

Devido à demora no recebimento do questionário, este veio com respostas desatualizadas, mas sendo levadas em conta pela Giljarevskij, com as seguintes respostas:

- a) a difusão internacional das fichas catalográficas era de utilidade ímpar;
- b) os principais obstáculos se relacionavam com a falta de regras normalizadas para a redação de fichas, e pela impossibilidade de se assegurar, por meios tradicionais, o envio simultâneo de livros e das fichas a eles correspondentes. A adoção de diferentes nomes de catalogação pelas diversas Centrais, impossibilitava o reconhecimento de certos itens bibliográficos quando comparado com livros. (BARBOSA, 1978 p. 94-95).

Giljarevskij, pensou e sugeriu, que para a superação destes obstáculos seria necessário: “a) a unificação, em plano internacional, da descrição bibliográfica; b) a elaboração de novos métodos de catalogação centralizada” (BARBOSA, 1978, p. 95).

Atualmente a LC não desenvolve mais o programa de catalogação centralizada, somente a catalogação cooperativa e a catalogação na publicação que veremos na próxima seção.

3.3 Programa de Catalogação na Publicação

Catalogação-na-fonte, catalogação na publicação e catalogação-pré-natal, são termos que englobam o mesmo significado: a catalogação realizada antes da edição da obra, baseando-se somente na prova tipográfica emitida pelas editoras. Segundo Barbosa (1978, p. 118), “catalogação-na-fonte é aquela em que a ficha catalográfica acompanha o respectivo livro, impressa no verso da página-de-rosto, feita quando o livro está ainda em fase de impressão.” Usaremos aqui o termo catalogação na publicação.

Devido ao fato de o livro não estar editado a catalogação na publicação não indica o número de páginas e algumas vezes não apresenta a data da edição final. Detalhes quando a questão é a economia de tempo na construção descritiva e temática de um documento visando disponibilizá-lo para consulta.

Não fazer uso da catalogação que já vem impressa em alguns documentos é duplicar serviço e perder tempo. Os profissionais bibliotecários deveriam deixar de lado o que os impede de utilizar o serviço realizado por outro profissional com sua mesma formação baseando-se nas faltas que a catalogação na publicação apresenta e utilizar efetivamente estes registros com a preocupação de agilizar o processo catalográfico.

Mas de onde surgiu a idéia da catalogação na publicação? A catalogação pré-natal, foi assim denominado por Ranganathan, bibliotecário indiano, que ao ser convidado a falar sobre a Biblioteconomia na Índia, em uma reunião na LC, no ano de 1948, dissertou sobre as vantagens da catalogação elaborada antes do livro ficar pronto, eliminando um problema em bibliotecas e a “[...] redução do tempo entre a publicação de uma obra e a disponibilidade imediata de seu conteúdo pelo usuário.” (BARBOSA, 1978, p. 119-120). Ranganathan sugeriu ainda que a LC tentasse por em prática esta idéia, mas antes de falarmos das iniciativas da LC, destacaremos outras instituições que fizeram suas tentativas.

O conceito da catalogação na publicação começou a ser discutido em 1853, por Charles Jewett e outros bibliotecários norte americanos, sendo somente alguns anos depois, em 1876, que Justin Winson apresentou uma proposta concreta deste programa, destacando que a ficha para a inserção

de dados deveria ter um tamanho padronizado, para poder ser facilmente inserida nos catálogos manuais das bibliotecas. Vemos que novamente o item: padronizar, está presente, como sendo uma das maneiras que permitiria a troca de informações.

A ALA durante uma reunião anual realizada em 1877, formou uma comissão para a discussão e estudo da implantação deste programa nos Estados Unidos da América, apresentando, no ano seguinte, um projeto que continha, o que os editores interessados em fazer parte do programa, deveriam enviar na impressão tipográfica para os responsáveis pela catalogação. Cobrava-se um dólar pela catalogação realizada pelos bibliotecários da *Harvard University* e do *Boston Athenaeum*.

Os resultados deste serviço seriam apresentados das seguintes maneiras: “a) impressão dos dados catalográficos no livro; impressão de uma ficha catalográfica a ser enviada para os assinantes do serviço; c) publicação da ficha nas revistas *Library Journal* e *Publishers Weekly*.” (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997, p. 52).

Implantado o programa foi logo desativado devido ao número pequeno de assinantes o que trouxe dificuldades financeiras prejudicando seu desenvolvimento. Alguns anos depois a LC começou a estudar a viabilidade técnica da catalogação na publicação, entre 1958 e 1959, adotando a sugestão de Ranganathan, como também a viabilidade financeira e sua real utilidade pelas bibliotecas, com um projeto denominado *Cataloging is Source* (CIS). Este estudo consistiu em entrevista aos bibliotecários e editores, verificando então, que os bibliotecários

consideravam o serviço útil e muitos editores não demonstraram vontade de participar. A entrevista da LC enfatizava os pontos:

- a) testar os problemas financeiros e técnicos relacionados à catalogação, e verificar se os editores estavam interessados em colaborar; o teste seria feito com mil títulos, número considerado suficiente para a pesquisa;
- b) verificar a reação do consumidor, isto é, a utilização pelos bibliotecários das entradas catalográficas incluídas nas publicações por elas adquiridas, e no tempo gasto no processamento e métodos usados na transferência destes dados para as fichas do catálogo; ao mesmo tempo, investigar se isto implicaria na compra de fichas impressas para catálogos, e no custo da catalogação. (BARBOSA, 1978, p. 124).

Identificada a viabilidade em executar a proposta, o projeto foi implantado e durante seu funcionamento teve “[...] mil duzentos e três livros catalogados (vinte por cento mais do que fora estabelecido) de cento e cinquenta e sete editoras.” (BARBOSA, 1978, p. 124).

Mesmo o projeto tendo superado as expectativas, não deu certo, e os fatores identificados foram:

- a) a pressão dos editores sobre os catalogadores da LC que, dispondo de prazo muito curto para catalogar, cometiam erros nem sempre considerados como decorrentes da falta de tempo para pesquisa, agravados pelas mudanças incluídos no livro depois de catalogado;
- b) alto custo da catalogação, em virtude da necessidade da LC contratar um maior número de catalogadores e classificadores qualificados;
- c) interferência dos programas editoriais, pois às vezes a demora na devolução das provas coincidia em problemas internos nas gráficas;
- d) desagrado dos editores pelo acréscimo, nas fichas, das datas de nascimento dos autores, da substituição do pseudônimo pelo nome verdadeiro (determinados pelas regras de autoria estabelecida pelo código da ALA) e pelas falhas na má determinação do assunto. (BARBOSA, 1978, p. 124-125).

No que concerne ao item “d” da citação anterior, seria preciso talvez que houvesse uma conversa franca explicando aos editores como se dá o processo de catalogação, que existem regras a seguir, e também como nesta época a atividade não contava ainda com tecnologias resultava-se a demora.

A LC não desistiu voltando anos mais tarde, em 1971, com o projeto intitulado Catalogação-na-publicação (Cataloging-in-publication) – CIP – sigla adotada na maioria dos países que adotam este programa, seguindo recomendações da UNESCO, tentando não repetir os erros do CIS, e contando nesse momento com o uso das tecnologias, pois o formato MARC, já estava implantado. Na próxima seção relataremos como a CIP de desenvolve.

3.3.1 A Catalogação na Publicação nos Estados Unidos da América

Desde sua criação em 1971, o programa de catalogação CIP da LC:

[...] criou 6.500 registros catalogados na pré-publicação no seu primeiro ano criou mais de 57.000 registros catalogados anualmente. O departamento de “Cataloging in Publication Division” está agora completamente apoiada pela LC administrativamente. (THE LIBRARY OF CONGRESS, 2001, tradução nossa).

O programa da LC funciona de forma seletiva, quando seleciona livros que tem maiores chances de serem adquiridos pelas bibliotecas do

país. A editora envia uma cópia tipográfica do livro, mesmo sem estar pronto, incluindo apenas: folha-de-rosto, sumário, copyright e um capítulo. Realiza-se a catalogação na maioria das vezes em duas semanas sendo enviada então a ficha catalográfica para o editor incluí-la na edição do livro.

Esse processo desde 1996, está mais rápido com o uso de tecnologias de comunicação e informática,

Em 1996, a CIP expandiu seu processo de catalogação para permitir às editoras a transmissão eletrônica da informação para o CIP via internet, através do Electronic Cataloging in Publication. A catalogação é completada em rede na LC e os dados são transmitidos eletronicamente para as editoras de uma forma rápida eliminando os custos de postagem. (THE LIBRARY OF CONGRESS, 2001, tradução nossa).

A CIP nos Estados Unidos, conta com mais ou menos 115.000 bibliotecas, tanto nos Estados Unidos como em outros países, devendo isso ao fato de ser criado a,

[...] catalogação de alta qualidade para livros de alta demanda, fazendo assim antes mesmo da publicação do livro que a comunidade biblioteconômica poupe uma grande quantia de dinheiro anualmente. Antes mesmo do dinheiro o mais importante é o acesso ao conhecimento das nações e a criatividade que a catalogação da CIP oferece. (THE LIBRARY OF CONGRESS, 2001, tradução nossa).

Os registros também podem ser distribuídos por meio de assinatura em fitas MARC, e também pelo Cataloging Distribution Service da LC que também mantém o CDS- Alert Systems para os interessados em assuntos específicos, contribuindo para quem tem a biblioteca automatizada e utiliza o formato MARC.

A LC demora até duas semanas para disponibilizar o registro dependendo de seu grau de dificuldade. Uma recente pesquisa mostrou que há a necessidade de incluir a catalogação na publicação de:

Discos, fitas, materiais multimídia, slides e diafilmes, livros não norte americanos, microformas originalmente publicadas em outros formatos, instrumentos musicais livros de bolso, materiais educacionais. (THE LIBRARY OF CONGRESS, 2003, tradução nossa).

A LC está refletindo sobre essa possibilidade. Os editores se comprometem à enviar uma cópia final do livro para que possivelmente sejam realizadas modificações no registro e incluídos novamente no formato MARC. Destacam-se aqui duas vantagens: “[...] o serviço divulga os novos livros a serem publicados, sendo de grande interesse para a indústria editorial. Para os bibliotecários, permite maior agilidade do processamento técnico.” (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997, p. 53).

Problemas existem, como as diferenças de data e a demora da edição final da ficha mas estuda-se uma maneira de melhorar o serviço e diminuir os erros, pois a idéia da catalogação na publicação, como vimos dos dois programas estudados anteriormente é:

[...] que a catalogação seja feita uma única vez e que as fichas catalográficas impressas sejam permutadas entre as bibliotecas interessadas, evitando que centenas de bibliotecários executem a mesma tarefa com desperdício de tempo e de recursos. (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997, p. 51).

Atualmente em muitas bibliotecas a permuta pode ser realizada online, dependendo do formato de intercâmbio usado.

A existência de normas, padrões e formatos para a representação descritiva de um documento é uma necessidade indiscutível, considerando-

se que a LC, após a publicação do livro ainda realiza alterações necessárias para a inclusão do registro no formato MARC21.

3.3.2 Catalogação na publicação no Brasil

Desde o ano de 1971 o Brasil passou a contar com a Câmara Brasileira do Livro (CBL) e com o Sindicato Nacional dos Editores Livreiros (SNEL), como órgãos responsáveis para a elaboração da catalogação na publicação, os quais recentemente ainda desenvolvem este serviço. Esses centros resultaram de uma proposta apresentada no III Encontro de Editores e Livreiros, realizado em Serra Negra no ano de 1970, sendo esta proposta confirmada na edição do IV Encontro, em São Lourenço no ano de 1971 (ARAGÃO; MATTOS, 1979).

Desde então, o trabalho iniciou-se na CBL/São Paulo sob a coordenação de Regina Carneiro, em julho de 1971 e no SNEL/Rio de Janeiro, em novembro do mesmo ano, com um serviço que:

[...] consistia na elaboração da ficha catalográfica para inclusão na própria publicação. Paralelamente, editava-se um volume, contendo o conjunto dessas fichas, com o título *Oficina de Livros - Novidades Catalogadas na Fonte*, que visava a contribuir para a divulgação mais rápida das novas publicações, facilitando a seleção e aquisição dos livros. Vê-se, portanto, que o programa brasileiro foi concebido com dupla finalidade: seleção/aquisição e modelo da ficha catalográfica. (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997, p. 54-55).

Entretanto, a publicação do título *Oficina de Livros*, editada pela CBL, não apresentava regularidade desde seu início quando foi elaborado

para ser bimestral, passando à anual, entre 1979 à 1984, suspendendo as atividades em 1987.

A CBL, preocupada com a manutenção do projeto, começou a publicar em 1988, os dados da catalogação na publicação em seu boletim, *CBL Informa*, ainda assim com atrasos na publicação, e números pouco significativos de registros catalogados.

Pode ser aliado à esse problema o fato de que muitos editores, mesmo a idéia tendo partido deles, não colaboravam com a CBL/SNEL, elaborando, eles próprios, as fichas catalográficas. Na tentativa de conseguir a obrigatoriedade da inclusão da ficha, foi elaborado um projeto de lei em 1975, pelo Deputado Faria Lima, que ficou em tramitação durante quatro anos e acabou sendo rejeitado, uma vez que,

A recomendação da UNESCO, em relação aos programas de catalogação na publicação, está mais voltada para a busca de cooperação entre editoras e a agência bibliográfica nacional e não para sobrecarregar os primeiros com legislação impositiva. Neste sentido, sugere a vinculação de projetos com finalidades semelhantes, catalogação na publicação e bibliografia nacional, na busca de um instrumento eficiente para identificação e seleção de publicações, e que, atenda, ao mesmo tempo, os requisitos de registro e preservação da memória intelectual do país. (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997, p. 55).

Todavia, mesmo com a recomendação da UNESCO para a não imposição de legislação, seria interessante que houvesse uma sensibilização dos editores como uma saída para que a catalogação na publicação atingisse todos os documentos editados no Brasil, numa preocupação para a possibilidade de funcionamento do controle bibliográfico nacional visando ao CBU objeto de estudo no próximo capítulo. E que ainda fizesse valer o que a CBL afirma: "Todos os livros publicados no Brasil tem que receber esta

catalogação, conhecida anteriormente por Catalogação-na-Fonte [...]”
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, 2002).